

MOVIMENTOS EDUCACIONAIS NO BRASIL E A CRISE DOS ANOS 90

Lena Núbia Bezerra Xavier¹, Edir Veiga Siqueira²

¹ Universidade Lusófona de Tecnologia e Humanidades/Doutoranda em Ciência Política - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Doutorado em Ciência Política, Campo Grande, 376, 1749 – 024 - Lisboa – Portugal, Inubia13@yahoo.com.br

³ Universidade Federal do Pará/Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política - Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá- Belém/PA, edir@ufpa.br

Resumo- O objeto de investigação foi identificar os movimentos sociais e educacionais que eclodiram na década de 1990, traçando um perfil inicial na América Latina, até chegar as vertentes Brasileiras. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica. Foi possível identificar os movimentos sociais que mais se destacaram naquele período: os identitários, melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e rural, e os movimentos globais ou globalizantes. Identificar também os movimentos educacionais como: os estudantis, de pessoas surdas, o movimento negro, o movimento sindical e comunitário, a reforma no ensino superior, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a Reforma do Estado e a promulgação da LDB 9394/96. Constatou-se que Os movimentos educacionais aliaram-se as forças sociais e tiveram maior reforço com a Constituição de 1988. Conclui-se que os movimentos educacionais apesar de terem perdido sua força após as Reformas do Estado, contribuíram para o desenvolvimento dos processos democráticos escolares, do direito a cidadania e de igualdade de condições e acesso a educação de forma igualitária e com mais autonomia para as escolas públicas no Brasil.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Educacionais. Estado. Democracia.
Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Pode-se considerar em termos educacionais que, a década de 90 foi marcada por grandes transformações no contexto histórico mundial, por diversos países emergentes que buscavam solucionar problemas evidenciados e que dificultavam a promoção da educação básica de qualidade, utilizando-se estratégias de enfrentamento. A exemplo tem-se as reformas implementadas em vários setores, configurados entre eles como a que ocorreu no ensino superior no Brasil, promovida por meio das conferências e dos encontros internacionais. Como precursor aos encaminhamentos dados a educação está a Reforma do Estado promovida pela necessidade de se organizar internamente o sistema administrativo e superar a crise financeira, política e econômica existente no país naquele período.

A luta pelos movimentos educacionais no Brasil segue a luz dos seus movimentos sociais, e de movimentos que eclodiram no desenvolvimento histórico do continente europeu, bem como na Ásia, Arábia, África e especificamente na América Latina, por lutarem pela transformação social nesses continentes. Lima (2008).

Destaca Ghon (2005) em seu universo de observação aos movimentos sociais, sejam eles urbanos e rurais, no campo do trabalho (movimento operário), movimentos sindicais e os movimentos populares diversos, a existência de organização no que se refere as demandas e

direitos sociais, culturais, por melhores condições de vida, acesso a terra, moradia e serviços públicos. A autora dentro dessa organização buscou subdividir o universo dos movimentos sociais, obedecendo a características como os critérios de contemplação de suas demandas e de seu campo de atuação por meio do que ela chamou de “três frentes de ações”, a saber: os movimentos identitários que visam às lutas por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente pelos direitos culturais; Os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no meio urbano e no meio rural e os movimentos globais ou globalizantes, que se constituem como lutas atuantes em redes sociopolíticas e culturais, exercitados via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, etc.

Esses movimentos entre outros impulsionaram as reformas políticas e educacionais no âmbito do Estado e a redefinição não somente política e econômica, mas também na educação do país nos anos de 1990, objetivando a descentralização do ensino e incentivando o governo a pensar em uma escola que pudesse conduzir o processo educacional com mais qualidade, de maneira eficiente e eficaz, e mais autônoma.

Metodologia

Essa pesquisa pauta-se em estudos de enfoques bibliográficos, utilizando-se como

critério, a seleção e análise de livros e artigos de autores, que se empenharam em publicações sobre a temática relacionada aos movimentos sociais e educacionais nos anos 1990, buscando traçar o perfil político e educacional do Brasil nesse período, destacando os movimentos mais significativos e que mudaram a história educacional no país.

Resultados

As preocupações e o crescente esforço na busca por mudanças na estrutura educacional brasileira constituem-se nas últimas décadas como alvo para o exercício da democracia no país, principalmente com o surgimento de movimentos educacionais no final dos anos de 1980, e com a consolidação da Constituição Federal de 1988 ainda em vigor, e durante todo o período dos anos de 1990, que se configurou repleto de reformas no campo educacional.

De acordo com os dados bibliográficos coletados observou-se que a transição das décadas de 1980 e 1990 trouxeram uma gama de conquistas de direitos para as camadas sociais, direitos estes garantidos tanto pela nova legislação em vigor, quanto pelas novas diretrizes políticas oriundas do sistema onde se pregava os direitos políticos de maneira igualitária.

Para os autores Vianna e Unbehaum (2004), esse sistema organizacional constituído como neoliberalismo implementou diversas mudanças no contexto brasileiro, e afetaram diretamente as políticas sociais, direcionadas as classes menos favorecidas. No que concerne a oferta na geração de emprego e renda para essa população, houve uma queda visível, o que mostrou um quadro contraditório que revelou de um lado as conquistas aos direitos sociais, com a efetivação da Constituição de 1988, e do outro a existência de novas orientações políticas que demonstravam uma restrição dos espaços públicos e democráticos, a redução de questões políticas transformadas em problemas técnicos, que tinham como argumento a má gestão pública, o desperdício, e a falta de formação e inadequação de currículos.

De acordo com Ghon (2003), muitos países da América Latina organizaram movimentos sociais que se articulavam com outras organizações como a igreja, os sindicatos e alguns partidos políticos de oposição ao regime da época. Articulavam-se também as regiões interioranas, onde as demandas por terra e moradia, eram o centro dessas discussões. Destacam-se aqui alguns desses movimentos como os movimentos piqueteiros e seus “panelaços” na Argentina, e no México salientando os Zapatistas, nos anos 1970, e os Chiapas nos anos 1990. Na Bolívia os

movimentos de populações pobres de origem indígena receberam destaque, já que foram predominantes, como os Aymaras, além de movimentos e protestos de trabalhadores de minas. No Peru o destaque era para um movimento caracterizado por guerrilha rural, chamado na época de Sendero Luminoso, assim como o caso bolivariano na Venezuela e a luta contra a instalação de papelarias no Uruguai.

Destaca-se também os movimentos na América central, como é o caso da Nicarágua, Guatemala, Haiti, Republica Dominicana, Costa Rica, Panamá e El salvador. Estes apresentaram quadros específicos, relacionados com o processo de libertação nacional com a atuação de pastorais da Igreja e movimentos de Comunidade de Base.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina surgiram muitos e grandes movimentos nas ultimas décadas. Entre eles podem-se destacar: os movimentos urbanos e rurais, dos operários e os movimentos sindicais, ambos lutavam por direitos sociais e culturais.

Ghon (2008) em seus estudos dividiu os movimentos sociais em três frentes de ações conforme mostra o diagrama 01:



Diagrama 01: Frente de ação dos movimentos sociais.
Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Ghon (2008).

O diagrama demonstra que a frente de ação identitária dos movimentos sociais no Brasil luta por melhores condições sociais, políticas, econômicas e culturais, por identidades até então negada pelo próprio preconceito e discriminação sofridos durante décadas pelos grupos marginalizados e aliados da sociedade. A frente de lutas por melhores condições de vida e de trabalho no meio urbano e rural permitem maior acesso e melhores condições de trabalhar na terra, melhores situações de moradia, alimentação, educação, saúde, transportes, lazer, emprego, e melhores salários para as classes populares, revela Ghon (2008).

A frente de ação dos movimentos globais ou globalizantes caracteriza-se como a grande novidade deste novo milênio, atuando por meio de redes sociopolíticas e culturais como o Fórum

Social Mundial, evento que reúne grupos de diversas etnias e países visando discutir os fatos presentes no mundo social e que precisam de maior atenção por parte das camadas sociais.

No Brasil dos anos 1990 eclodiu aquele que foi caracterizado como o maior movimento popular da década, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Este movimento foi criado em 1979 na cidade de Santa Catarina e, devido sua amplitude se espalhou por todo território nacional. Tinha como ações a ocupação de terras, os assentamentos a fundação de escolas rurais, tendo como objetivo principal a efetivação da reforma agrária. Ghon (2003).

Outro movimento surgido nessa década com o avanço das políticas neoliberais foi as ONGs (Organizações não-governamentais), que se desenvolveram em parceria entre o poder público e a sociedade civil, atuando por meio da prestação de serviços sociais.

Já os processos educacionais no Brasil sofreram anos de resistência aos preceitos do regime militar, e passaram por um período de transição, rumo à democracia. Os escritos revelam um caráter de natureza essencialmente sociopolítica no papel da educação já que ela configurou-se como um instrumento de mobilização e organização das classes populares.

No contexto mundial diversos foram os movimentos, entre eles os organizados pela Unesco, tiveram como financiamento e assessoria o Banco Mundial, em que foram desencadeadas reformas educacionais na América Latina e particularmente no Brasil, que se consolidaram por meio de documentos políticos, a destacar: Declaração mundial sobre educação para todos, de Jomtien (UNESCO, 1990); a Declaração de Nova Delhi (UNESCO, 1993); o documento Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003), que “é a expressão brasileira do movimento planetário orquestrado pela Unesco, Bird/Banco Mundial e assumido como orientador das políticas públicas para a educação [...]”, afirma Silva Júnior (2002, p. 78).

Em relação ao papel do Estado, os mesmos escritos reconhecem sua importância como elemento transformador na definição e formulação das diretrizes educacionais do país aplicados aos segmentos populares. Destacam que a educação vista enquanto uma das ênfases centrais nas políticas e discursos oficiais nos anos 90 criou um campo de negociação, de acordos e conflitos, onde o resultado depende da força dos diversos atores que dela participam. Ghon (2003).

Com a transição do governo Collor para o governo Fernando Henrique Cardoso, em meados dos anos 90, as políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo foram usadas como eixo norteador para justificar a reforma implantada

pelo Estado brasileiro, a qual buscou a redefinição do papel do mesmo depois da crise da dívida externa e fiscal que perdurou no Brasil ao longo da década de 1990. No que se refere às políticas sociais o Brasil implementou planos de descentralização que caracterizou-se mais como uma forma de desobrigação do Estado repassando as tarefas e o controle social por parte da população. Essa proposta trouxe um novo olhar para a esfera educacional, cujo objetivo passou a ser a promoção da qualidade entendida como processo produtivo visando uma educação mais eficiente e eficaz, pelas vias da autonomia da escola. Peroni (2003)

Dentre os principais movimentos educacionais dos anos 90 destaca-se o movimento de pessoas surdas, que se engajaram nas lutas por igualdade de direitos, combatendo o preconceito e a discriminação. Discutiram a oficialização da língua de surdos, com a mobilização da população por meio de passeatas, atos públicos nas ruas, que foram articuladas por várias representações de associações, com o apoio de escolas destinadas para surdos, dos familiares e de educadores, por todo o território nacional.

Os movimentos educacionais aliaram-se as forças sociais na luta por uma educação igualitária e democrática com o amparo da Constituição de 1988, quando define no artigo 208 ser a educação um direito social de todos.

Discussão

Um dos objetivos da política neoliberal da década de 90 no Brasil foi organizar e desenvolver a economia, e promover a reforma educacional, aumentando o poder da iniciativa privada, por meio do consenso ideológico.

De acordo com Ghon (2008), no contexto das reformas educacionais implementadas a partir da década de noventa, a formação universitária tornou-se o foco de planos e diretrizes do modelo de políticas educacionais para os países em desenvolvimento, o que tem servido, sobretudo, de instrumento para justificar novas funções para as Instituições de Ensino Superior (IES).

Em meio a esse cenário educacional foram se consolidando experiências de pré-vestibulares populares. Essas experiências contaram com o envolvimento dos sujeitos coletivos como a Igreja Católica, o movimento negro, o movimento estudantil, o sindical e comunitário. A Igreja Católica atuava pela intervenção da Pastoral do Negro, o Movimento Negro, por sua vez, atuava por intermédio de suas diferentes vertentes, o Movimento Estudantil nesta década lutava pelas demandas no processo de democratização do acesso ao ensino superior. De forma mais tímida o

Movimento Sindical e o Movimento Comunitário, envolveram-se com as lutas que preconizavam a educação popular, afirma Ghon (2003).

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, (FENEIS), no Rio de Janeiro, implantou demandas de descentralizou em sua atuação, expandindo-se para outras regiões do Brasil. Esse movimento articulou-se politicamente, intensificando as ações que deram visibilidade aos movimentos surdos na década de 90 em diferentes fóruns de lutas pelos direitos humanos, enfatiza Oliveira (2002).

A reforma do Estado trouxe expressivas transformações para o campo educacional, entre essas está à implantação do projeto Darcy Ribeiro e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de nº 9394/96, legislação em vigor do ensino brasileiro, visando redefinir os papéis e responsabilidades de cada sistema de ensino a nível federal, estadual e municipal, por meio de intervenção governamental nos mecanismos de financiamento da educação. Essa lei possibilitou a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), cujo um dos objetivos principais foi o de redistribuir os recursos financeiros destinados as escolas que tivessem o ensino fundamental. Na seqüência a Emenda Constitucional Nº 53/06, trouxe novas vertentes para a organização do ensino, extinguiu o Fundef e criou o (Fundeb), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, cuja proposta tinha como objetivo a universalização do ensino básico, e a distribuição igualitária dos recursos entre os estados e municípios, afirma Paro (2010).

No contexto dessa discussão considera Silva (2006), que a formação universitária foi concebida como foco privilegiado nas políticas de reformas educacionais para o ensino superior. É possível supor, também que, o paradigma da flexibilização ao ser incorporado aos discursos e às práticas dos processos das reformas educacionais em prol da qualidade, constituiu-se em proposições da política educacional para o ensino superior no Brasil. Da mesma forma, ao incorporar as noções de flexibilização e desenvolvimento de competências, as reformas fazem destas, elementos nucleares, pois segundo a ótica oficial, tais elementos devem predominar nas propostas curriculares como eixo condutor do novo paradigma da formação universitária.

O fomento sobre o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública abriu ampla discussão e sistematizou as primeiras diretrizes educacionais para sua elaboração, durante o 1º Congresso Nacional de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, (1º Coned), realizado na cidade de Belo Horizonte. Em 1997, é

consolidado o Plano Nacional de Educação, uma proposta da sociedade brasileira, apresentado durante o 2º Congresso Nacional de Educação, (2º Coned) realizado também na cidade de Belo Horizonte. Vianna e Unbehaum (2004).

Logo após a aprovação da LDB, Em 1997, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental, constituído como referência nacional para esse nível de ensino, proporcionando maior flexibilidade ao trato dos componentes curriculares.

Para Silva Junior (2002) a descentralização, a flexibilidade dos currículos, a autonomia das unidades escolares, o estabelecimento de um processo de avaliação externa sobre os sistemas de ensino, são alguns dos conceitos que foram incorporados nas reformas mais recentes dos sistemas de ensino.

Conclusão

Com a nova ordem implementada pelo Estado nos anos 90 foi consolidada a proposta de uma sociedade brasileira mais humanitária, e de direitos civis menos complexos, em que o direito ao exercício da cidadania era palco de muitos discursos e fomento de muitos atores sociais que almejavam pela liberdade de expressão e de direitos sociais. Entretanto as lutas travadas por melhores condições de vida e de cidadania para a população menos favorecida tinha um caminho longo e exaustivo a ser percorrido.

Os movimentos educacionais que surgiram ao longo da década de 1990, abriram caminhos para que se solidificasse a tão esperada educação para todos, a descentralização do poder estatal, e alterasse os ensaios para a consolidação da democracia no país.

Esse último item tem características fundamentais porque, dado os rumos que os movimentos tiveram nos anos 80, principalmente os de caráter popular, e seus desdobramentos nos anos 90, alguns entrando em crise e desmobilizando-se, outros crescendo no rastro da crise por saber aproveitar as oportunidades políticas do momento, aliaram-se ou estabeleceram parceria com um movimento social, popular ou outros movimentos urbanos ou rurais. Outro indicador é o tipo de movimento social a que os movimentos educacionais se atrelaram, ou mais precisamente, qual movimento social poderia contribuir para as lutas educacionais. Esse indicador pode ser captado, segundo a trajetória histórica dos movimentos: sua origem, composição social, entidades articuladoras, redes sociais a que pertenciam lutas que desenvolveram, e projetos que elaboraram seus sucessos e suas perdas, afirma Ghon (2008).

Cabe sintetizar que a crise dos anos 90, perdeu forças após a reforma do Estado e, subjacente a ela a reforma educacional no Brasil, o que resultou na sintonia entre as políticas educacionais e os organismos multilaterais como os movimentos sociais, que assumem até os dias atuais, o posto de mola propulsora para a busca de soluções perante as mazelas derramadas pelo sistema capitalista. Estes movimentos, portanto podem ser considerados como o princípio fundador e auto-regulador das demandas sociais, e de intensificador das lutas por novos rumos para as mudanças que precisam ocorrer, principalmente na área educacional.

Os movimentos sociais populares começaram a relacionar a questão da educação a tais movimentos na tentativa de identificar nas lutas desses movimentos a preocupação com o desenvolvimento da escola, preferencialmente as que se concentram nas periferias urbanas, afirma Spósito (2000).

Contudo, pode-se afirmar com a realização do estudo que as reformas educacionais implementadas na década de 1990 redefiniram apenas o jogo de interesses do Estado, e reeditaram o posto social das elites e o conservadorismo, com resultados negativos para o país, e principalmente para a educação brasileira.

Referências

- BRASIL. Constituição: **República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

- LIMA, Mirian Késia Labs de. **Movimento Social MAP como emergente paradigma transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental**. Dissertação (Mestrado interinstitucional) Universidade federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Direito. Florianópolis, 2008.

- OLIVEIRA, Rosane Cristina de. **Poderes Executivo e Legislativo: um painel sobre a nova fase de organização de interesses no interior do**

Estado, anos 90. Revista Urutágua: Maringá/PR. Ano I, n. 4, Maio de 2002.

- PARO Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

- PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

- SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC – São Paulo**: Xamã, 2002.

- SILVA, S. M. **Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação de professores: flexibilização e autonomia**. Tese 2006 (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

- SPÓSITO, Marília Pontes. **Algumas hipóteses sobre as relações entre os movimentos sociais, juventude e educação**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Abr. 2000.

- VIANA, Claudia Pereira, UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de pesquisa, v. 34, nº121, jan/abr. 2004.